TL98-10

IV JORNADAS DE TIMOR DA UP

TEMA III - ORGANIZAÇÃO FUTURA
TEMA IV - FORMAS DE ALCANÇAR A PAZ E PREPARAR O FUTURO

Benjamin Cardoso

Organização Política para depois da Independência, Papel da ONU e Papel de Portugal

IV JORNADA SOBRE TIMOR LESTE DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Numa das reuniões preparatórias dasIV Jornadas sobre Timor Leste da Universidade do Porto, realizada em Maio do ano passado, em Alfragide - Lisboa, foram apresentados vários temas, para comunicação entre os quais vou citar três:

-Sistema e organização políticos(chefes tradicionais) para depois da independência de Timor;

-Papel da ONU;

-Papel de Portugal como potência administrante.

Como estes temas são de extrema importância para mim, achei que eu, na qualidade de timorense não deveria deixar em branco a minha participação, por isso, escolhi-os para dizer algo, aproveitando deste modo a oportunidade para manifestar a minha opinião e denunciar mais uma vez, todas as barbaridades praticadas pelos militares indonésios, em Timor.

Para falar do sistema e organização políticos para depois da independência de Timor, é obrigatóriamente falar dos chefes tradicionais, porque eles existem e foram suportes da estrutura política do Povo Timorense ao longo dos séculos e, porque o tema também refere. Para o efeito é necessário, recordar o passado histórico relativo aos períodos da Monarquia e da República Portuguesas, analizar o pós Agosto de 1975 até hoje e, só depois possívelmente poderei dizer algo sobre o sistema e organização políticos para o futuro de Timor.

Assim, como deve ser do vosso conhecimento, nos anos de 1512 e 1520, quando os Portugueses chegaram a Timor, encontraram os timorenses organizados politicamente, em pequenos reinos e, agrupados em torno dos dois potentados reinos - o reino de Behale, a parte oriental de Timor e, o de Servião, a parte Ocidental de Timor, e sendo mais tarde dividido em Timor Português e Timor Holandês. Estes dois reinos eram detentores do poder político centralizado. O Osório de Castro dizia "até à data dos descobrimentos, Timor dividia-se em reinos ou regulados, cada um dos quais era governado por um Liurai a que passamos a chamar rei".

A Sucessão dos reis era por escolha de um dos membros da família real, pelo Povo. Por isso, nós costumávamos dizer que o Povo é que faz o rei. Provávelmente pela forma como o Povo escolhia o seu rei levou o Osório de Castro a relatar "quando os portugueses chegaram a Timor, já os povos deste território tinham atingido uma civilização pastoril e agrícola completa, com um esboço de monarquia electiva-hereditária e notáveis manifestações artísticas".

Ao longo dos V séculos da presença portuguesa, os timorenses nunca viveram em paz. Levantaram sucessivas sublevações como a de Behale e a de Servião em 1642. Em 1718, os reinos de Servião, Ambeno, Amanubão, Boro, Acção, Mena, Maubara e Liquiçá revoltaram-se. Em 1719 a 1729, outros reinos como Camanasse, Lamakitus, Leimean, Leihitu, Kailaku, Sanir e outros também se revoltaram. Em 1729, registou-se

uma sublevação em quase todo Timor, encabeçada pelo reino de Camenasse.
Não vou citar todas as revoltas por não ter muito interesse aqui e também para não vos maçar. Referirei sómente as guerras de Manufahi por ser de dimensões consideráveis e, por outro lado é parra enceerar os períodos relativos à Monarquia e da República Portuguesas, em Timor.

Timor já estava dividido em Timor Português e em Timor Holandês quando o Governador Celestino da Silva chegou àquele território, em 1894. Em Março de 1895, o Governador tomou conhecimento que os reinos de Manufahi, Raimean e Suai conspiravam numa aliança de resistência, mantendo o estado de rebeldia, desde Dezembro de 1851. Daí que este governante mandou avisar o rei D. Duarte de Manufahi de que o seu reino e os limítrofes seriam visitados, onde tinham que construir barracas para os visitantes. D. Duarte recusou-se a comparecer para receber ordens do Governador e, entranto mandou o seu filho mais velho D. Boaventura a Kailaku, Atsabe, Marobo, Lamakitus, Leimean e Balibó para conquistar adeptos com o fim de preparar a inssurreição.

Deu-se a inssurreição e o Governador mandou cercar Manufahi por três frentes. Dado o apertar do cerco, aliado à epidemia de varíola que grassa entre a população, vitimando esta e até o próprio rei D. Duarte, pôs termo à primeira guerra de Manufahi.

No entanto, Manufahi pegou de novo em armas em 1907 mas sem sucesso.

Em 1911, o Governador Celestino da Silva convidou todos os Liurais para se reunirem em Díli, no dia 5 de Outubro pela ocásião da celebração do 1º Aniversário da República Portuguesa. Todos os Liurais presentes aproveitaram a oportunidade para fazer pactos secretos de sangue, para uma nova inssurreição.

Assim, em Dezembro do mesmo ano, o reino de Suai iniciou a revolta com a expulsão de uma campanhia inglesa de exploração petrolífera. Ao mesmo tempo os reis de Bobonaro e Raimean, mandaram executar os defensores dos comandos militares respectivos. No dia 24 de Dezembro, foram mortos cinco europeus do comando militar de Same, no reino de Manufahi.

Deste modo, Manifahi novamente cercado com a estratégia da 1ª guerra. Uma força governamental tomou a zona leste a avançou em direcção a Manufahi. Outra ia para Suro à caminho de Manufahi. Uma terceira força marchou do Norte para Sul, foi dominando os Povos de Manukatê, Lekidoe, Hatu Bessi, Maulau, Dailor, Turiscai, Bibissuço, Maubisse, Lakeku e Aituto. Em 27 de Maio de 1912 as forças do Governador tomaram Kablake e em 22 de Julho do mesmo ano conquistaram as fortificações de Riak após um ataque de 40 dias. Apenas Leo Laku resistia, mas os ataques eram tão intensos que puseram fim à resistência dos guerreiros de Manufahi.

D. Boaventura, rei de Manufahi conseguiu fugir e o seu homólogo de Alas caiu traspassado na planície de Aiassa.

Em 26 de Outubro, D. Boaventura entregou-se voluntáriamente e findou assim

as guerras de Manufahi.

Como sabem, nas guerras há quem ganhe e há quem perca. Neste caso, todos os Liurais que sofreram derrotas tiveram como consequência a redução de poderes, perda de honrarias e alguns foram destituídos de tudo.

Para que tantas revoltas, tantos combates travados, tantos guerreiros tombados E com eles alguns dos seus reis? Tudo pela independência de Timor.

Após as guerras de Manufahi, a paz reinou em Timor durante quase todo o período da administração da República Portuguesa, apenas interrompida pela ocupação nipónica aquando da II Guerra Mundial e pela revolta de 1959.

Depois de 25 de Abril de 1974, surgiram vários partidos timorenses. Deu-se a guerra civil seguida da retirada das forças do Movimento Anti-Comunista(MAC) para a Indonésia e a retirada do Governa Português do território para Ataúro, Timor ficou sob controle da FRETILIN. A Indonésia invadiu e ocupou Timor cêm 7 de Dezembro de 1975 até hoje.

Reparem que desde a Monarquia à República Portuguesas, passando pelas transformações políticas após 25Abr74, da guerra civil e o controle de Timor pela FRETILIN até a invasão e ocupação do mesmo pela Indonésia até agora, os Liurais mantém-se firme nas suas funções ao lado do Povo. Por isso repito, eles existem, também defenderam a independência durante centenas de anos, representam o Povo ao longo de séculos se não fôr milénios. Portanto, fazem parte da nossa história, os seus destinos dependem do curso da história de Timor. Neste contexto, os chfes tradicionais têm um lugar próprio no seio da sociedade timorense.

Tudo o que eu disse não é para enaltecer nem para criticar ninguém, apenas para não esquecer os Liurais num novo sistema e organização políticos no futuro.

Com o 25Abr74, nasceram vários partidos como a União Democrática Timorense UDT), Associação Social Democrática Timorense (ASDT) mais tarde transformada em FRETILIN depois a APODETI, partido da integração.

Em 11Ago75, houve tentativa de implantação de partido único da direita em Timor, daí originou a guerra civil. Guerra civil essa que levou a força vencedora a impôr o sistema de partido único de sinal contrário, durante muitos anos, mesmo já com a ocupação de Timor pelos indonésios.

Analizando a conduta de um e de outro partido interveniente no conflito,bem como a diferença cultural e do ser timorense em relação aos outros Povos do Mundo, e analizando também as transformações político-sociais nos últimos anos em algumas regiões deste nosso planeta, leva-me a manifestar a minha humilde opinião que para um Timor independente no futuro, deverá vigorar o sistema pluripartidário, economia de mercado. No plano externo Timor deverá aderir ASEAN. Este sistema garante liberdade de expressão, opinião e de agir mais humano. Permitirá paz, tranquilidade e conseguinte o desenvolvimento económico-social.

O que acabei de referir não constitui novidades, porque os dirigentes em Timor, apesar da dura luta que se trava contra um inimigo tão poderoso como a In-

donésia, sujeitos à fome, frio, doenças e sacrifícios de vária ordem, arranjaram tempo para analizar o que se passa no interior e no Mundo e, concluíram que há necessidade de mudar a maneira de pensar na política timorense. Por esta razão, em Março de 1983, o CCF proclamou a política de Unidade Nacional para unir todos os timorenses a fim de dar continuidade à resistência e tendo como estrutura máxima o CNRM liderado por XANANA GUSMÃO. Para o futuro de Timor, optaram como princípios políticos:

1. Unidade Nacional de todos os timorenses para libertar Timor em tempos de guerra.
2. Regime político pluripartidário que implica pleno respeito pelos direitos dos cidadãos individuais como colectivos.
3. Economia de livre mercado.

Com esta nova política, o CCF tomou a decisão de dissolver o Partido Marxista Leninista/FRETILIN em Novembro de 1984, decisão essa que nunca foi divulgada cá fora. A partir daí a Fretilin só existe como movimento, tendo como estrutura as Comissões Directivas e Externas, respectivamente no interior exterior.

Esta mudança política mereceu duras críticas tecidas por alguns dirigentes da FRETILIN e seus apoiantes em Portugal, ao nosso amigo e irmão XANANA GUSMÃO, acusando-o de responsável pela:

a. Inexistência de extruturas na FRETILIN.

b. Apartidarização das FALINTIL.

c. Pelo massacre do dia 12Nov91 em Santa Cruz, em Dili.

Se a FRETILIN não tem estruturas como poderão representá-la?

Se as FALINTIL fossem dependentes da FRETILIN como dantes, XANANA e os seus companheiros de luta teriam sidos eliminados quando Mauk Moruk(Paulino Gama actualmente em Portugal) e Kilik, tentaram tomar o poder pela força pela ocasião da dissolução do PML.

A meu ver, ninguém cá fora tem moral para criticar quem no interior luta com dificuldades para alcansar a liberdade. Eles para envergar o camuflado, tem dar primeiro a vida para o obter. Eles vivem a realidade. Nós cá fora temos tudo. Comida, casa, roupa, dinheiro e mais alguma coisa.

Relativamente a atribuição de responsabilidades aos dirigentes no interior pelo massacre de Santa Cruz, por permitir os jovens envergar bandeiras provocando os soldados indonésios, penso que os críticos utilizaram a linguagem de Ali Alatas. Afinal de que lado estão esses Senhores?

Apesar destas críticas sem fundamento, eu na qualidade de timorense apelo a todos os meus irmãos que ponham os seus interesses ideológico-partidários de parte para juntarmos com outros que Não têm filiação partidária a fim traçar uma única estratégia na luta de libertação de Timor. Mas acima de tudo é o diálogo com honestidade e sem trunfo na manga.

PAPEL DA ONU

Para que fazemos projectos políticos para o futuro de Timor, se esse mesmo Timor está ocupado e,as suas populações continuam a ser violadas, torturadas e assassinadas como muitos de vós tiveram a oportunidade de ver nos ecrans da TV, aquando do massacre do dia 12Nov91. Os jovens são perseguidos e desaparecidos. Os direitos fundamentais são-nos negados.

Depois do massacre de 12Nov passado, massacre esse quefez vibrar os corações de emoção, em quase todo Mundo, a ONU mateve-se passiva e silenciosa.

A Indonésia de imediato nomeou uma comissão de inquérito para apurar as causas e os possiveis responsáveis pelo massacre e, castigá-los, com o fim de convencer o Mundo que eles são os bons. Mas que serviria o inquérito indonésio, e castigar os culpados, se outros militares indonésios irão continuar matar as populações?

A meu ver só a retirada dos soldados indonésios, de Timor, poderá pôr termo as carnificinas praticadas pelos mesmos naquele território. Para isso, é necessário que a comunidade internacional desempenhe um papel activo, eficaz e justo. Quando o Iraque invadiu Kowait em Agosto de 1990, a ONU decidiu aplicar a sanção económica e militar ao invasor, exigindo a sua retirada imediata. O Iraque não acatou e a ONU mandou as forças multinacionais atacar Bagdad, depois marcharam sobre o reino de Kowait, libertando-o.

Mas nós não pedimos tanto. Basta a ONU aplicar o embargo económico e militar à Indonésia, para que esta retire as suas tropas de Timor. Ou então, a humanidade irá assistir a destruição do Povo Timorense.

PAPEL DE PORTUGAL COMO POTÊNCIA ADMINISTRANTE

A solidaridade portuguesa demonstrada através das diversas manifestações, debates e apoios diversos à Resistência Timorense, desde 12Nov passado até agor, é uma forma de Portugal como potência administrante participar na luta de libertação de Timor.

A Lusitânia Expresso que tentou levar a Missão Paz em Timor, até Santa Cruz, não é só chamar atenção a opinião pública internacional, para o problema de Timor, mas é também uma forma de Portugal ir até perto dos timorenses em Timor, demonstrando que é de facto potência administrante.

Por outro lado, o Governo, bem como todos os orgão dae soberania tentaram sensibilizar a comunidade internacional para o problema timorense, é uma forma de Portugal mostrar ao Mundo que é potência administrante, e por isso, exige autodeterminação e independência de Timor.

Penso que sómente faltam convencer os corações de pedra dos EUA e da Austrália, países que no passado terrível de HITLER, os timorenses combateram a seu lado, apesar de Portugal de Salazar ser neutro.

Mesmo que o Governo Americano esteja alheio ao sofrimento do Povo Timorense, eu tenho esperança que mais tarde ou mais cedo, os EUA irão em conjunto com Portugal procurar solução para a questão timorense. Isto porque os EUA são uma superpotência dfensora dos direitos humanos e da democracia pela via do diálogo. Esta grande Nação demonstrou-se nestes últimos anos como uma superpotência dinâmica na busca de soluções para a paz Regional e Mundial. Temos como exemplo, às assinaturas dos acordos do desarmamento nuclear, dos acordos de paz para Angola, tomou parte activa na libertação de Kowait, a tentativa de paz para o Médio Oriente e contribuição para a transformação político-social nos últimos tempos em algumas Regiões do Mundo.

Quando foi da guerra do Golfo, o Governo da Indonésia manteve-se silencioso, mas os indonésios não deixaram de colocar cartazes protestando a intervenção americana, no Kowait.

Por tudo isso que eu citei, aliando à mudança política verifica em Timor como foi por mim referida anteriormente, leva-me acreditar que os EUA, irão mudar a sua posição política, apoiando autodeterminação e independência de Timor.

Cabe a Portugal como potência administrante, membro da ONU, membro e Presidente da CEE, além disso,goza de uma excelente credibilidade político-diplomática em quase todo Mundo, mover o Governo dos EUA para utilizar os seus meios para convencer o Governo indonésio, a mandar retirar as suas tropas de Timor, permitindo assim a paz e tranquilidade naquele território.

Depois, Portugal deverá regressar a Timor para organizar todo o processo eleitoral e transferência de poderes.

Queluz, 26 de Março de 1992

Benjamim Cardoso